

15. A Contabilidade Nacional...
- A. ... discrimina todos os bens e serviços produzidos pelo país.
  - B. ... regista as atividades de trabalho não remunerado.
  - C. ... não consegue contabilizar a economia paralela.
  - D. ... regista as externalidades.
16. O Saldo dos Rendimentos do Resto do Mundo...
- A. ... corresponde à diferença entre os recebimentos e pagamentos de/ao Resto Mundo.
  - B. ... é o produto realizado por agentes nacionais em território estrangeiro.
  - C. ... corresponde ao quociente entre as exportações e importações.
  - D. ... é o saldo dos ativos não financeiros provenientes do exterior.
17. As despesas públicas que garantem o normal funcionamento da Administração Pública são as...
- A. ... despesas de capital.
  - B. ... despesas coativas.
  - C. ... despesas correntes.
  - D. ... despesas de médio e longo prazo.
18. A partir de 1 de janeiro de 2011, o país que passou a fazer parte da Área do Euro foi...
- A. ... a Bulgária.
  - B. ... a República Checa.
  - C. ... a Roménia.
  - D. ... a Estónia.

## II

Em 2010, o IDE bruto em Portugal atingiu um montante total de 35 mil milhões de euros, o que significou um crescimento de 9,6% face ao ano anterior. Em termos líquidos a contração foi significativa atingindo os 43,7%. Este comportamento menos favorável do IDE em termos líquidos resulta do forte impacto negativo da crise financeira internacional nas economias, não só dos países que tradicionalmente investem no exterior mas igualmente dos principais mercados recetores, levando as empresas a repensar a sua estratégia e posicionamento a nível externo.

A UE mantém-se como a principal origem do IDE em Portugal (86,6% em 2010), com a Alemanha, França, Reino Unido e Espanha a ocuparem os primeiros lugares no *ranking*. Fora da UE-27, apenas o Brasil e a Suíça surgem na lista dos 10 maiores investidores estrangeiros em Portugal.

Nos últimos 10 anos o investimento direto português no exterior (IDPE) em termos brutos situou-se entre os 6 e os 15 mil milhões de euros, sendo notório que o final da década de 90 e o início desta corresponderam à fase dos grandes investimentos, nomeadamente em Espanha e no Brasil. Depois de um ano de 2007 excecionalmente positivo, os três anos seguintes revelam um notório abrandamento nos projetos de internacionalização das empresas portuguesas, face ao clima de incerteza provocado pela crise económica e financeira nos mercados internacionais, com as saídas de capital, em termos brutos, a situarem-se nos 5,8 mil milhões de euros, o valor mais baixo desde 2003.

De referir que nos últimos anos se tem registado uma maior diversificação de destinos do investimento português, com a UE27 a diminuir o seu peso no total. Para além do Brasil, observa-se um crescente interesse pelos PALOP, com especial destaque para Angola (4% do total do IDPE em 2010) e pelos países da Europa de Leste, em particular a Polónia (crescimento de 242% face a 2009) e a Roménia (subida de 30%), que se encontram no grupo dos 10 principais países de destino do investimento português no estrangeiro.

Fonte: AICEP – Portugal, Ficha do País